

RESUMO

A pesquisa intitulada “Adolescente em Liberdade Assistida: análise quanto às dificuldades de (re)inserção na rede regular de ensino público em um município do interior paulista” justifica-se pela relevância de aprofundar estudos sobre a educação de adolescentes que cometeram ato infracional, partindo-se do princípio de que a educação é um direito de todos, obrigatória e de absoluta prioridade à criança e ao adolescente, como previsto na Constituição Federal do Brasil - CF (BRASIL, 1988), na Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), na Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 1996), na política pública do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (BRASIL, 2006) e na Lei nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (BRASIL, 2012). Queixas são apresentadas no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) por pais e adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa em meio aberto com relação às dificuldades da (re)inserção escolar desses adolescentes em escolas públicas, em função de ações adotadas pelos gestores educacionais, que dificultam esse processo, observando-se que o direito à educação, na prática, ainda não está totalmente assegurado. Das queixas surgiram indagações: Teriam os gestores escolares conhecimento da legislação específica que trata sobre a garantia do direito à educação, ao acesso e à permanência nas escolas dos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa? Quais procedimentos são adotados por eles ao receberem solicitação de matrículas de adolescentes que se encontram nessa situação? Teriam a percepção de que certas ações adotadas dentro dos ambientes escolares, não escritas/regulamentadas, podem acarretar a rejeição e levar à exclusão escolar desses adolescentes? As questões levaram à formulação dos seguintes objetivos de pesquisa: Contribuir para o estudo da questão da educação escolar dispensada aos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida; Investigar a forma como vem ocorrendo o trabalho dos gestores escolares para a (re)inserção desses adolescentes nas escolas estaduais da rede regular de ensino público. Para responder às indagações e atender aos objetivos propostos optamos pela pesquisa qualitativa, com trabalho de campo realizado em três escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino Público de São Paulo, situadas em um município do interior do Estado. O instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada, aplicada aos gestores escolares. Os dados da pesquisa de campo foram analisados a partir de estudos bibliográficos que se mostraram relevantes para o estudo e, permitindo, no desenvolver da pesquisa, confirmar as dificuldades de (re)inserção escolar destes adolescentes, apontar outras possibilidades de trabalhos e ações frente às dificuldades apontadas pelos gestores escolares e confrontar as queixas trazidas por adolescentes em Liberdade Assistidas e suas famílias com os depoimentos dos gestores escolares sobre como desenvolvem seu trabalho no cotidiano escolar. Os principais autores consultados foram: Bourdieu (2007), Dubet (2003), Gimeno Sacristán (1999), Guiraud e Corrêa (2009), Lück (2000), Paro (1998), Pedra (1997), Sposito (1999), Zanella (2010), dentre outros.

Palavras-chaves: Adolescente autor de ato infracional. Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida. Direito à educação. Exclusão e inclusão escolares. Gestão escolar.